

# O espaço da fonologia nas descrições gramaticais

*Maria Helena Mira Mateus*

*mhm@mateus.com.pt*

*Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*

*Instituto de Linguística Computacional ILTEC*

## **Nota prévia**

Quando, em 1995, escolhi apresentar no XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística o resultado de uma incursão nas gramáticas portuguesas em busca do conceito de *prosódia* e do que nele se incluía, tive ocasião de conviver com a *Historiografia Gramatical (1500-1920)* da autoria de Simão Cardoso (1994), trabalho que se constituiu como a principal fonte da minha pesquisa. A obra é rigorosa, rica e elaborada com critério metodológico seguro que a torna um estudo de referência no âmbito da historiografia gramatical portuguesa. É portanto com muito prazer que colaboro hoje na homenagem ao seu autor, o Professor Simão Cardoso, com a apresentação dos principais aspectos que, do meu ponto de vista, atribuem ao estudo dos sons uma particular importância na descrição da língua.

## **1. A Gramática**

O título que dei a esta palestra – *O espaço da fonologia nas descrições gramaticais* – põe de imediato uma pergunta sobre a natureza do objecto em que se situa a análise: descrição da língua, descrição gramatical, ou simplesmente gramática. E se se tratar desta palavra, o que encerra, ou o que se esconde por detrás dela?

Na *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, Said Ali afirma:

Gramática é o conjunto das regras, observadas em um ou mais idiomas, relativas aos sons ou fonemas, às formas dos vocábulos e à combinação destes em proposições. A gramática de uma língua pode ser *histórica* ou *descritiva*.

Gramática histórica é aquela que estuda a evolução dos diversos factos da língua desde a sua origem até a época presente.

Gramática descritiva é a que expõe os factos da língua actual.

A gramática descritiva é prática quando tem principalmente em vista ensinar a falar e a escrever correctamente; é científica quando procura esclarecer vários factos á luz da ciência da linguagem e da gramática histórica.”

Como apresentar a relação entre estas duas perspectivas, *prática e científica*? Em qual destes cenários e sub-cenários será mais interessante e pertinente colocar o tratamento dos sons?

Como co-autora de uma gramática, deixem-me que vá um pouco mais longe na busca da caracterização deste objecto. Para tanto, refiro as seguintes palavras que estão incluídas no Prefácio da última edição da *Gramática da Língua Portuguesa*, da autoria de nove linguistas nas quais me incluo:

“Esta obra não é uma gramática normativa, ou seja, não é um instrumento que regule o bom uso da língua. O seu objectivo consiste na apresentação de descrições e análises de um largo conjunto, evidentemente não exaustivo, de aspectos da língua portuguesa.” (Mateus *et alii*, 2003: 17).

A esta afirmação interessa acrescentar um dos princípios explicitados na “Carta de Intenções” da *Gramática*: “Propor uma descrição consistente com um modelo de gramática que permita integrar factos de natureza lexical, sintáctica, morfológica, fonológica e semântica, e fundando as descrições propostas em resultados de investigação”<sup>1</sup>.

Estamos portanto, neste caso, perante uma gramática descritiva que se pretende prática e científica (integra factos de várias natureza e é consistente com um modelo de gramática), na qual podemos descortinar um quadro teórico e, numa imagem levemente poética, o pulsar do coração de uma língua. A perspectiva que adopto como contexto para identificar o espaço da fonologia numa gramática da língua actual é a que subjaz às frases citadas.

---

<sup>1</sup> Mateus e Duarte (2005).

Ora tanto o quadro teórico quanto o pulsar do coração de uma língua exigem a análise das propriedades e da interação de todo o tipo de unidades linguísticas. Essa análise, essa interação são estudadas pela gramática. Espera-se, portanto, que uma gramática apresente as propriedades dos sons e as relações sistemáticas que estabelecem uns com os outros (*fonética e fonologia*), a formação das palavras (*morfologia*) e a construção das frases (*sintaxe*), assim como analise o significado tal como ele é estruturado nas línguas (*semântica*) e, ainda, os aspectos *pragmáticos* que têm a ver com as circunstâncias em que o discurso é produzido.

Bastaria este conjunto de definições, funções e objectivos para entender que a fonética e a fonologia – o estudo das unidades fónicas de que é feita a língua oral – têm um lugar incontornável na gramática visto que estão presentes em todos os níveis de análise acima citados. Não é suficiente, contudo, afirmá-lo. É necessário aduzir argumentos. Eis os que julgo significativos.

## **2. Alguns marcos históricos**

Apesar de saber que outros participantes deste colóquio tratam aspectos da história da gramática, não resisti à tentação de me deter brevemente sobre o lugar que ocupou o estudo dos sons nos primórdios da descrição das línguas.

Nos primeiros anos dos cursos de letras todos ouvimos falar de Panini, um gramático indiano que viveu no século V (ou IV) antes de Cristo (520-460) e que é citado como o primeiro estudioso do sânscrito de que temos notícia: deu a conhecer uma longa tradição gramatical hindu que era transmitida oralmente e desenvolveu, por razões religiosas (e mágicas, segundo alguns autores), uma teoria sobre a fonética e a fonologia do sânscrito. Podemos perguntar: porquê a fonética e a fonologia, porquê a descrição dos sons que se integram sempre no contínuo sonoro, e por que não avançar logo para o estudo das palavras com significado? Na realidade, para os hindus, o menor erro ou defeito na enunciação e articulação dos sons que constituíam as formas rituais do sânscrito (que tinham que ser perfeitas, correspondendo ao significado de “perfeito” da palavra *sânscrito*) anulava o valor das cerimónias. Assim se justifica a cuidadosa descrição de Panini e a sua preocupação com a pureza da língua e com a explicação dos sons feita do ponto de vista articulatorio, de tal modo explícita, que torna possível conhecer a pronúncia das palavras em sânscrito embora esta língua tenha deixado de ser falada no século III a.c..

A preocupação de transmitir a palavra de forma estável e durável levou vários povos a criarem diferentes sistemas de escrita. Os fenícios são considerados os inventores do alfabeto fonético, que, em relação aos anteriores sistemas de escrita, significou a etapa final de uma longa evolução dominada por uma tendência analítica e simplificadora. O alfabeto criado pelos fenícios (segundo se crê, entre 1500 e 1300 a.c.) é formado por 22 sinais e regista apenas as consoantes, o que indica um elevado nível de abstracção, pois a capacidade de identificar o esqueleto consonântico da palavra pressupõe uma clara concepção de sua estrutura. O alfabeto fonético foi desenvolvido pelas línguas clássicas e ainda hoje é utilizado nas sociedades do mundo ocidental, com todas as alterações e refinamentos que lhe foram sendo introduzidos.

A propósito da vantagem da sua utilização, vale dizer que este tipo de alfabetos é mais económico e maleável do que os sistemas de escrita ideográficos ou logográficos, em consequência de ser muito mais reduzido o número de símbolos necessário para representar as palavras do que nas escritas baseadas na palavra ou nos morfemas. Aliás, se aceitarmos o nível de abstracção exigido pela invenção das representações dos sons da fala, podemos aproximá-lo do esforço que é preciso desenvolver na aprendizagem da ortografia com base num alfabeto fonético. Na realidade, os sons representados pelas letras ocorrem no contínuo sonoro da fala sem divisão entre eles. Quem foi alfabetizado no início da escolaridade nunca tomou consciência dessa grande dificuldade com que se defrontou quando aprendeu a escrever. Esta é uma pequena nota que chama a atenção para a difícil tarefa da criação do alfabeto e a aproxima do esforço de abstracção necessário na aprendizagem da escrita que se processa até ao presente.

No que respeita às descrições da língua grega, sabemos que elas apoiavam as análises linguísticas de cariz filosófico de Platão e Aristóteles, enquanto as descrições gramaticais da língua latina, a par de criarem um modelo ideal e normatizador da língua, tinham finalidades pedagógicas e exemplares sobretudo no campo da oratória e da retórica. Nestes dois contextos – gramáticas gregas e latinas – as análises linguísticas estão mais próximas da discussão de questões filosófico-gramaticais do que da preocupação de uma rigorosa explicação da articulação correcta dos sons.

Com o Renascimento sobreveio a importância das línguas vernáculas e surgiram as gramáticas escritas nas línguas da grande família indo-europeia. Era então necessário descrever as características das línguas particulares. Fernão de Oliveira, na sua *Gramática da Língua Portuguesa* de 1536, foi o primeiro

a utilizar o português para analisar a língua portuguesa. A sua capacidade de explicitar a natureza dos sons levou Coseriu a considerá-lo “o mais importante foneticista da Renascença na România”. Permitam-me que me detenha um pouco na estrutura da obra de Fernão de Oliveira, autor a quem consagro um carinho todo especial.

A *Gramática da Linguagem Portuguesa* está repartida em quatro partes que correspondem aproximadamente às divisões das gramáticas da época: a ortografia, a prosódia, a etimologia e a sintaxe. A originalidade de Oliveira reside no desenvolvimento dado a cada área. O que podemos incluir na ortografia e na prosódia tem a seguinte definição: “A primeira partição que fazemos em qualquer língua e sua gramática seja esta em estas três partes: *letras, sílabas e vozes*”. A essa primeira parte dedica o autor 23 capítulos, ao passo que as *dicções* (etimologia, analogia e classes de palavras) são tratadas em 18 capítulos, e a sintaxe apenas em 2. Nesta repartição do estudo está Fernão de Oliveira de acordo com Jerónimo Soares Barbosa que afirma, na sua *Gramática Filosófica* de 1822: “Em um homem bem criado releva-se mais, e é menos vergonhoso, um erro de sintaxe, que um erro de pronúncia ou de ortografia, porque aquele pode nascer da inadvertência, estes são sempre efeitos da má educação”.

Para estes gramáticos não há pois que justificar a importância das análises fonéticas porque são elas que dão a conhecer os aspectos particulares de cada língua (e evitam os efeitos da *má educação*). Quanto às descrições que Fernão de Oliveira faz da pronúncia dos sons, todos sabemos como elas são deliciosas. Vejamos o que diz das letras e das vozes: “Letra é figura de voz. Estas dividimos em consoantes e vogais. As vogais têm em si voz; e as consoantes não, senão junto com as vogais”. Está feita a distinção principal dos sons de uma língua. Em complemento, dá-nos Oliveira a indicação da pronúncia que opõe vogais abertas e fechadas: “é necessário que dividamos as letras vogais em grandes e pequenas, mas não já todas, porque é verdade que temos *a* grande e *α* pequeno, e *ε* grande e *e* pequeno, e também *ω* grande e *o* pequeno. Mas não temos assí diversidade em *i* nem *u*.” É de clara evidência que se esta descrição nos esclarece sobre aspectos do português falado no século XVI, também ela nos serve para compreender até que ponto Fernão de Oliveira tem a percepção fonológica do sistema da língua. E já que classifiquei as descrições como “deliciosas”, não resisto a citar a explicação da pronúncia de algumas consoantes:

- Pronuncia-se a letra *b* antrios beijos apertados, lançando para fora o bafo com ímpeto e quasi com baba.

- *c* pronuncia-se dobrando a língua sobre os dentes queixais, fazendo hum certo lombo no meio dela diante do papo, quasi chegando com esse lombo da língua ò céu da boca e empedindo o espírito, o qual por força faça apartar a língua e faces e quebre nos beijos com ímpeto.
- A pronunçiação do *f* fecha os dentes de cima sobre o beijo de baixo e não é tão inhumana antre nós como a Quintiliano pinta aos latinos; mas todavia assopra, como ele diz.
- A pronunçiação do *l* lambe as gengibas de cima com as costas da língua achegando as bordas dela òs dentes queixais.

Difícilmente podíamos encontrar uma descrição mais colorida da pronúncia destas consoantes. Dado que a obra contém inúmeras descrições igualmente claras e objectivas, é lícito afirmar que se trata de uma das mais interessantes gramáticas da língua portuguesa.

Relevem-me que faça agora um salto imenso no tempo e ultrapasse as preocupações didácticas das gramáticas dos séculos XVII e XVIII, orientadas para a aprendizagem da escrita e da ortografia (com os seus novos métodos “facilísimos” de aprender a ler), e deixe também sem comentário as gramáticas filosóficas que surgiram no século XVIII e se mantiveram por mais de cem anos. Interessa, para a finalidade que me proponho, chegar às primeiras décadas do século XIX e olhar as obras dos estudiosos das línguas indo-europeias como Franz Bopp, Grimm, Schleicher e, mais tarde, Osthoff e Brugmann.

Nelas encontramos uma descrição sistemática e comparada, a partir de critérios rigorosos e objectivos, dos conjuntos de unidades fonéticas e morfológicas das línguas em análise. Não se tratava mais de estudar questões históricas ou filosóficas através das línguas, mas, como dizia Franz Bopp a propósito da obra em que compara o sânscrito, o grego, o latim e as línguas românicas, “As línguas de que trata esta obra são estudadas por si mesmas, quer dizer, como objecto e não como meio de conhecimento”. Por isto se considera esta época como a do surgimento da linguística.

E qual era o principal foco na análise dessas línguas, que perdurou nas gramáticas históricas do final do século XIX e primeiras décadas do século XX? O estudo das unidades fonéticas na sua evolução dentro da língua, ou na comparação estabelecida entre línguas aparentadas, e a formulação das leis fonéticas decorrente do estudo dessa evolução<sup>2</sup>. Este estudo era entendido como

---

<sup>2</sup> “As mudanças fonéticas, que podemos observar na história linguística fundada sobre documentos, processam-se segundo leis determinadas, que não são anuladas excepto de acordo com outras leis”. W. Scherer (1875) *apud* Mounin, p. 205

uma possibilidade de conhecer as línguas particulares e as suas relações com as que lhes eram próximas, esclarecer questões de linguística e, ainda, iluminar aspectos obscuros da história dos povos. Para confirmar o lugar de eleição que a análise fonética tinha nessas obras é suficiente lembrar uma das mais importantes gramáticas históricas do português, a de José Joaquim Nunes, datada de 1919. Neste *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, a primeira metade da obra é inteiramente consagrada ao estudo dos sons; na segunda parte, a descrição da evolução das formas morfológicas assenta frequentemente no funcionamento das unidades fonéticas e das leis a que essas unidades estão submetidas. As gramáticas históricas, com o seu foco dirigido para a análise fonética, tiveram uma função importante no conhecimento das línguas faladas na época, contemplando a sua origem e evolução e, muitas vezes, a variação dialectal.

### **3. O surgimento das perspectivas estruturais e pós-estruturais**

Foi por volta dos anos 30 do século XX que o estudo das línguas recebeu novo impulso. Escusado é lembrar Saussure e a sua distinção entre língua e fala, mas vale a pena recordar que uma das primeiras aplicações desta perspectiva estrutural se fez pelo estabelecimento da diferença entre o som como facto físico objectivo (a análise fonética) e o som como elemento do sistema funcional de uma língua (a análise fonológica). A formulação das teses do Círculo Linguístico de Praga, que tiveram uma importância seminal no desenvolvimento da linguística estrutural, foi possível devido ao conhecimento excepcional que linguistas como Troubetzkoy ou Baudouin de Courtenay tinham características fonéticas de um grande número de línguas. Foi a partir desse conhecimento trabalhado numa perspectiva estrutural que se definiu o fonema<sup>3</sup>, a sua função na língua e a sua relação sistemática com as outras unidades fonológicas. Foi porque a análise confrontada e contrastiva dos sons de uma língua permitiu estabelecer relações proposicionais com base em propriedades (os “traços pertinentes”), que se tornou evidente o funcionamento em sistema dessas unidades, noção que se estendeu a outros níveis das línguas como os sistemas lexicais e os campos semânticos. A função económica e relacionável dos traços pertinentes (por exemplo, os traços surdo e sonoro, ou nasal e lateral das consoantes) foi posta em evidência por um

---

<sup>3</sup> “A representação fónica mais breve que, na língua estudada, tem a faculdade de se associar a representações dotadas de significado, e de diferenciar palavras”.

autor paradigmático do estruturalismo francês, André Martinet. Na *Économie des changements phonétiques*, Martinet procurou provar a forma como evoluíam as línguas a partir das alterações que sofriam os sistemas fonéticos, quer por supressão quer por substituição das suas unidades. Esta obra desenhou um modelo de relação entre elementos dos diferentes níveis, exemplificando com análises das alterações fonéticas a economia que representam essas alterações para o funcionamento das línguas.

Foi com o estruturalismo linguístico e com a sua aplicação no nível fonético que surgiu o interesse pelas análises dos aspectos prosódicos que são, como dizia Martinet, “os factos do discurso que não entram na fonemática” e estão “necessariamente presentes em qualquer enunciado falado”. O tom, a entoação e o acento entraram de pleno direito nas análises linguísticas e foram de importância inegável para a descrição das línguas tonais que punham questões diferentes das indo-europeias tradicionalmente estudadas.

Ainda o estruturalismo linguístico estava pujante quando alguns autores apresentaram propostas de estudo das línguas que ultrapassavam a mera consideração do seu funcionamento a partir das relações superficiais. O nível subjacente às unidades a que temos acesso imediato, já anteriormente sugerido pelo estruturalismo como o locus das unidades abstractas que eram os fonemas, passou para um lugar de relevo num novo quadro teórico. Essa teoria propunha a formulação de um sistema de regras que relacionam o nível subjacente e o nível de superfície das línguas e permitem ao falante “produzir e interpretar frases (sentences) que nunca encontrou”, como gostava de assinalar o mais conhecido dos seus epígonos: Noam Chomsky<sup>4</sup>.

Para a formulação dessas regras é necessário recorrer a representações formais das unidades linguísticas. Com essas representações formais é possível estabelecer regras que, por sua vez, representam operações que se efectuam no funcionamento da língua. Os dados de superfície de uma língua são, então, o resultado de tais operações. A teoria desenvolvida com base nesses pressupostos designa-se teoria generativa.

E agora, vale a pena lembrar que o ano de 1968, importante pelos acontecimentos ocorridos em muitos países do mundo ocidental, também foi importante na história da fonologia. Foi nesse ano que Noam Chomsky e Morris Halle publicaram *The Sound Pattern of English*, uma obra de referência que tinha como

---

<sup>4</sup> SPE, 1968.

objectivo aplicar os princípios do quadro teórico generativo e exemplificar a formulação das regras, a forma como elas interagem e como se aplicam sobre as unidades do nível subjacente gerando as unidades de superfície. O título mostra que se trata de uma análise do sistema de sons. É evidente que a existência de invariantes fonológicas e a possibilidade de identificar e manipular as unidades deste nível de língua levou os autores a considerarem que o sistema de sons permitia, da forma mais adequada, apresentar e confirmar os princípios da teoria: “we are interested in an analysis of the facts of English insofar as this analysis serves to reveal general principles of linguistic structure”. (p. 162)

Naturalmente, os linguistas foram fazendo aplicações do modelo em línguas diversas e adequando às necessidades das descrições gramaticais os instrumentos já desenvolvidos, ou criando novos. As autoras da *Gramática da Língua Portuguesa* trabalharam no âmbito deste quadro teórico, com enriquecimentos de abordagens recentes que evoluíram para uma *concepção modular da gramática* encarada como um sistema de *princípios e parâmetros*. Nesta perspectiva, *o módulo da fonologia* inclui os princípios universais (e aqui podemos referir a aceitação dos processos cognitivos que actuam no funcionamento da língua e a existência do nível subjacente da fonologia), a especificação dos parâmetros fonológicos do português (como a existência da vogal temática dos verbos e o seu funcionamento) e os processos fonológicos da língua que actuam nesse nível.

#### **4. O estudo da fonologia e o conhecimento da língua**

Vejamos agora a descrição de alguns aspectos significativos da fonologia do português, a sua importância e o lugar que ocupam na gramática da língua.

O estudo da fonologia actua em três vertentes inter-relacionadas: a descrição das mais pequenas unidades da língua – os segmentos fonológicos –, a sua organização em sistema e os processos e regras a que estão sujeitos esses segmentos.

A identificação e distribuição dos segmentos faz-se tradicionalmente a partir de oposições distintivas. O que nos demonstra esta descrição? Que o significado e/ou a categoria sintáctica das palavras pode depender da alternância de dois elementos do sistema fonológico. Isto é o que sucede com os habituais exemplos como *siló/selo/selo* ou *mando/mondo/mundo*, ou também *rasca/rasga* e *carol/carro*. Em presença dos falantes ou na comunicação a distância (ao telefone, p.ex.), a pronúncia clara das vogais ou das consoantes é imprescindível para a

compreensão do significado da palavra. Ora o conhecimento da distribuição das vogais e consoantes de uma língua, e o estudo das propriedades desses elementos fonéticos – os seus traços pertinentes, as suas características articulatórias – permitem-nos muitas vezes compreender uma mensagem para além da sua percepção auditiva.

De resto, o falante tem uma consciência fonológica em que entra o conhecimento de quais e quantas são as unidades fonológicas (o que não pode suceder com as frases) pelo que, mesmo não percebendo por vezes todos ou parte dos sons de uma palavra, o falante nunca “ouve” segmentos que não existam na sua língua.

A relação que estabelecemos entre o [a] tónico e o [ɐ] átono ou entre [ɛ], [e] e [i] (no português europeu) não é fortuita e faz parte dessa consciência, tal como a relação estabelecida entre o [ʃ] final de *português* [purtugéʃ], singular, e o [z] de *portugueses* [purtugézɨʃ], plural.

Estas questões são algumas das que se discutem no estudo da fonologia, e explicitam muitos aspectos do funcionamento da consciência fonológica como processo mental. É inegável a importância que tem este estudo em dois campos, principalmente: a iluminação da consciência fonológica como processo mental e o treino e desenvolvimento do raciocínio teórico. Esta afirmação assenta no facto de o estudo exigir a formulação e validação de hipóteses sobre os elementos a propor no nível subjacente e as suas características, sobre as regras a que estão sujeitos e a forma como se relacionam os dois níveis fonológico e fonético.

Um dos domínios mais desafiadores do estudo da fonologia diz respeito à incidência do acento tónico: como actua e que consequências tem. No que respeita ao português, o acento incide na última vogal do radical nos nomes e adjectivos. A variedade europeia tem uma especificidade que a distingue, nomeadamente, da variedade brasileira: a maioria das vogais colocadas entre consoantes e em fim de palavra que não recebem o acento tónico são drasticamente reduzidas e muitas vezes suprimidas. Esta supressão tem como consequência que, no nível fonético, se encontram sequências de várias consoantes, sendo possível existirem três consoantes seguidas como em *depenicar* [dɸnikár], quatro consoantes como em *despegar* [dʃpgár], cinco consoantes como em *despregar* [dʃprgár] ou mesmo seis como em *desprestigiar* [dʃprʃtigiár], o que contraria a intuição dos falantes no que respeita à divisão silábica das palavras. Aliás, também o português europeu aceita, mesmo sem supressão de vogais, palavras como *psicologia*, *absurdo* ou *afra* em que há sequências de duas consoantes que formam grupos

tradicionalmente não aceitáveis. Como se compatibiliza então a pronúncia destas palavras com as características da fonologia do português? Também a solução desta questão passa pela construção, a partir dos dados fonéticos, de uma hipótese de existência, no nível subjacente, de lugares de núcleos silábicos não preenchidos. Mais uma vez a capacidade de abstracção e de um raciocínio teórico é posta à prova no estudo da fonologia.

O conceito de modularidade da gramática está também presente na fonologia *autossegmental* e na *geometria de traços*. Estas teorias elucidam-nos sobre o funcionamento de aspectos não explicados em outros quadros teóricos. Vejamos.

Uma especificidade do português presente em todas as variedades consiste na alternância de vogais do radical em certos tempos verbais, relacionada essa alternância com as conjugações a que pertencem os respectivos verbos. Assim temos em português *pego/pegas/pega* e *coro/coras/cora* na primeira conjugação; *bebo/bebes/bebe* e *corro/corres/corre* na segunda; *firo/feres/ferre* e *durmo/dormes/dorme* na terceira. A análise das formas subjacentes destes verbos evidencia que a alternância está relacionada com a supressão da vogal temática (/a/ na primeira conjugação, /e/ na segunda e /i/ na terceira). Quando essa vogal é suprimida, a vogal do radical adquire propriedades da temática que desapareceu ou, dizendo de forma mais rigorosa, os traços de altura da vogal temática *projectam-se* sobre a vogal do radical acentuada. A relação estabelecida entre a vogal do radical e a temática denomina-se harmonização vocálica. Tanto neste caso como em alguns outros processos morfológicos, a fonologia tem uma explicação satisfatória da especificidade da língua utilizando instrumentos desenvolvidos no âmbito da gramática generativa.

A descrição dos sons das línguas enriqueceu-se notavelmente nas últimas décadas do século XX com o desenvolvimento da prosódia. Os traços prosódicos – o tom, a duração, a intensidade – são propriedades inerentes ao som e incidem não apenas sobre um segmento mas sobre constituintes mais vastos. Eles próprios delimitam e caracterizam constituintes prosódicos como o sintagma entoacional, o sintagma fonológico, a palavra prosódica e a sílaba.

A natureza da sílaba difere dos outros constituintes prosódicos porque é possível determinar objectivamente a sua estrutura interna, embora a sílaba seja sempre uma construção teórica que faz parte da consciência fonológica dos falantes. A inclusão do acento tónico nos traços prosódicos também se justifica se tivermos presente que ele resulta da conjugação das propriedades

de duração e intensidade do som vocálico e marca uma sílaba mais “forte” na sequência fonética. Como sucede com outros traços prosódicos, o acento em português funciona ainda para esclarecer aspectos de outros níveis da língua como a morfologia, determinando a categoria gramatical de certas palavras pelo lugar em que ocorre (p.ex. em *dúvida* e *duvida*) e identificando os elementos constitutivos da palavra, por incidir, nas formas nominais, na última vogal do radical.

Mas o funcionamento da prosódia na língua tem duas áreas de eleição mais notáveis do que a relação com a morfologia: esclarece a interpretação do significado de palavras e de frases e determina o ritmo da língua.

Os exemplos mais evidentes relacionam-se com a sucessão de tons altos e baixos que constituem curvas de entoação que distinguem uma frase com foco prosódico de uma frase neutra. A curva de entoação é por vezes a única forma de diferenciar uma afirmação e uma interrogação.

São também os constituintes prosódicos como o sintagma entoacional que permitem distinguir uma relativa restritiva de uma explicativa pela distribuição de proeminências de intensidade, ou seja, de acentos nucleares: a restritiva não inclui um acento nuclear e portanto na escrita não é separada por vírgulas (p.ex.: *A minha filha que vive na Suécia está em Lisboa*); a explicativa inclui um acento nuclear e é separada por vírgulas (*A minha filha, que vive na Suécia, está em Lisboa*).

O ritmo da língua é determinado basicamente por traços e constituintes prosódicos. As palavras e as frases podem constituir-se em unidades rítmicas. Nas palavras actua o acento tónico que, tornando proeminente uma determinada vogal, reduz a audibilidade das restantes. Essa redução pode ir ao ponto da supressão, como no português europeu, o que contribui para um evidente contraste entre a variedade europeia e a brasileira. E não podemos restringir esta valência prosódica à contribuição do acento, pois que a presença ou ausência das vogais átonas se traduz, no nível fonético, numa diferente constituição silábica das palavras.

Além do acento principal, podem encontrar-se outros pontos de proeminência na palavra, os acentos secundários (como em *poderoso* [ˌpuðˈrozɨ] em que o acento secundário incide sobre a primeira sílaba). De um ponto de vista prosódico os acentos secundários são entendidos como pontos de proeminência que estão sempre presentes na cadeia sonora, reforçam o poder informativo do

acentos principais e organizam a cadeia fonética como um domínio rítmico por ocorrerem em intervalos regulares e sempre em sílabas pré-tónicas.

Na construção do ritmo da frase actuam, além dos acentos, as curvas de entoação, a sucessão de tons altos e baixos e a distribuição de acentos nucleares. Os traços prosódicos são, portanto, importantes propriedades das línguas que se apreendem no contacto imediato com o contínuo sonoro, melhor dizendo, com “a face exposta da língua”. São igualmente as primeiras marcas interiorizadas na aquisição da língua materna e por ventura das últimas a serem substituídas na aprendizagem de uma língua segunda.

### Uma nota final

O espaço da fonologia nas descrições gramaticais é transversal e imenso: ela está sempre presente, ela modela a língua, determina a sua especificidade, produz as unidades que primeiro se adquirem, as que se cantam, as que identificam a língua. Ela constrói a melodia da língua porque, como dizia um antigo gramático, “Falar é tocar um instrumento de música, o mais perfeito de quantos harmónios têm sido inventados”.

Joaquim José Coelho de Carvalho, *Prosódia e ortografia* Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

### Referências

- Barbosa, Jeronimo Soares 1822. *Gramatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Sciencias. (data da introdução: 1803)
- Barros, João de 1540. *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Luis Rodrigues.
- Chomsky, Noam 1986. *Knowledge of Language*. New York: Praega Publishers. Tradução portuguesa coordenada por Inês Duarte, *O conhecimento da Língua. Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Caminho, 1994 (as referências do texto são tiradas da tradução portuguesa).
- Chomsky, Noam e Morris Halle 1968. *The sound pattern of English*, New York: Harper and Row.

- Martinet, André 1955. *Économie des changements phonétiques – traité de phonologie diachronique*. Francke, Berne.
- Martinet, André 1960. *Éléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin. Tradução portuguesa de Jorge de Morais Barbosa, *Elementos de Linguística geral*. Lisboa: Sá da Costa, 1964.
- Mateus, M. H. M.; Duarte, I. 2005. *Os Caminhos da Nova Gramática*. Artigo a publicar na Revista da ALFAL.
- Mateus, M. H. M.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H.; Frota, S.; Matos, G.; Oliveira, F.; Vigário, M.; Villalva, Alina 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Edição revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho.
- Mounin, George 1967. *Histoire de la linguistique des origines au xxe siècle*, Paris: PUF.
- Oliveira, Fernão de 1536. *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres & Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugénio Coseriu. Lisboa: 2000.
- Trubetzkoy, Nicolas 1949. *Principes de phonologie*. Paris: Klincksieck. (1ª edição em alemão, *Grundzüge der Phonologie*. Güttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1939.)